



www.LeisMunicipais.com.br

LEI Nº 6.757, DE 25 DE ABRIL DE 2023.

Estabelece a prioridade de contratação nas aquisições públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Municipal, às microempresas, empresas de pequeno porte e ao microempreendedor individual - MEI, dando outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARAGUARI Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono, com base no art. 71, inciso III da Lei Orgânica do Município, a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas para a consecução do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte e ao microempreendedor individual - MEI nas aquisições públicas do Município de Araguari, com fulcro na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e na Lei Municipal nº 4.697, de 17 de novembro de 2010, e suas alterações, tendo por base as seguintes premissas:

- I - a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional;
- II - a ampliação da eficiência das políticas públicas;
- III - o exercício da função social da licitação.

Art. 2º Aplica-se o disposto nesta Lei às contratações de serviços e obras, bem como às aquisições de bens realizadas no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Araguari.

Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, o enquadramento dos beneficiários indicados no caput do art. 1º se dará da seguinte forma:

I - microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos do art. 3º, caput, incisos I e II, e § 4º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

II - microempreendedor individual nos termos do § 1º do art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 4º Para fins de aplicação dos benefícios dispostos nesta Lei, considera-se:

- I - âmbito local: limites geográficos do Município de Araguari;
- II - âmbito regional: limites geográficos da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, conforme definição atual e posteriores que venham a ser feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística - IBGE, compondo-se atualmente pelos seguintes Municípios: Abadia dos Dourados, Água Comprida, Araporã, Arapuá, Araxá, Cachoeira Dourada, Campina Verde, Campo Florido, Campos Altos, Canápolis, Capinópolis, Carmo do Paranaíba, Carneirinho, Cascalho Rico, Centralina, Comendador Gomes, Conceição das Alagoas, Conquista, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Delta, Douradoquara, Estrela do Sul, Fronteira, Frutal, Grupiara, Guimarânia, Gurinhatã, Ibiá, Indianópolis, Ipiaçu, Iraí de Minas, Itapagipe, Ituiutaba, Iturama, Lagoa Formosa, Limeira do Oeste, Matutina, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Nova Ponte, Patos de Minas, Patrocínio, Pedrinópolis, Perdizes, Pirajuba, Planura, Prata, Pratinha, Rio Paranaíba, Romaria, Sacramento, Santa Juliana, Santa Rosa da Serra, Santa Vitória, São Francisco de Sales, São Gotardo, Serra do Salitre, Tapira, Tiros, Tupaciguara, Uberaba, Uberlândia, União de Minas e Veríssimo.

Art. 5º Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e ao microempreendedor individual.

§ 1º Entende-se por empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e pelo microempreendedor individual sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta melhor classificada.

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º, deste artigo, será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

§ 3º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta válida não houver sido apresentada por microempresas, empresas de pequeno porte ou por microempreendedor individual, porém não localizados no âmbito local e regional, conforme estabelecido nos incisos I e II do art. 4º, da presente Lei, cabendo a estas a preferência de contratação na hipótese de empate ficto.

Art. 6º Ocorrendo o empate citado no artigo anterior, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado poderá apresentar proposta de preço inferior àquela empresa considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e por microempreendedor individual que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 5º, desta Lei, proceder-se-á da seguinte forma:

a) na hipótese da disputa se dar entre microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual localizados no âmbito local, será realizado sorteio entre os equivalentes para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

b) ou na hipótese de ausência de microempresas, empresas de pequeno porte e de microempreendedor individual localizados no âmbito local, será garantida a preferência, em sequência, aos localizados no âmbito regional.

§ 1º Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º Na modalidade pregão eletrônico, a microempresa, a empresa de pequeno porte e o microempreendedor individual cujo lance se encontre no intervalo estabelecido no § 2º do art. 5º, desta Lei, e seja melhor classificado, será convocado para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

§ 3º Nas demais modalidades de licitação, o prazo para os licitantes apresentarem nova proposta deverá ser de 1 (uma) hora.

Art. 7º Fica estabelecida a prioridade de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e o microempreendedor individual com sede no âmbito local ou no âmbito regional, em todas as contratações públicas em que houver empate entre os licitantes na forma descrito nos arts. 5º e 6º, desta Lei, inclusive em relação aos preços ofertados pelas demais microempresas e empresas de pequeno porte, além do microempreendedor individual, não localizados na delimitação geográfica prevista nos incisos I e II do art. 4º, desta Lei.

§ 1º A prioridade de contratação prevista neste artigo se dará, inicialmente, pelo critério do âmbito local, e em seguida, pelo critério do âmbito regional nas hipóteses em que não forem localizadas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual com sede no local capazes de atender ao instrumento convocatório.

§ 2º A não aplicação do disposto neste artigo deverá sempre ser justificada pela Administração Pública Municipal.

Art. 8º Os órgãos e as entidades contratantes poderão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e de microempreendedor individual nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), observada a prioridade de contratação estabelecida no caput do artigo anterior.

Art. 9º Os órgãos e entidades contratantes poderão estabelecer nos instrumentos convocatórios destinados à contratação de obras e serviços, a exigência de subcontratação de microempresas, de empresas de pequeno porte ou de microempreendedor individual segundo a prioridade de contratação estabelecida no art. 7º, desta Lei, desde que não seja o objeto principal.

§ 1º Exigida a subcontratação mencionada no caput, caberá ao vencedor do certame comprovar junto à Administração Pública Municipal a efetivação da subcontratação.

§ 2º Os empenhos e pagamentos dos órgãos e entidades contratantes poderão ser destinados diretamente às microempresas, às empresas de pequeno porte e ao microempreendedor individual subcontratados após a comprovação exigida no anterior § 1º

Art. 10. A exigência de subcontratação prevista no art. 9º, desta Lei, não será aplicável quando o licitante for:

I - microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual;

II - consórcio composto em sua totalidade por microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais, respeitado o disposto no art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

III - consórcio composto parcialmente por microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais, com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

Art. 11. Não se aplica o disposto nos arts. 8º a 10 desta Lei quando:

I - não houver o mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas, as empresas de pequeno porte e

para o microempreendedor individual não for vantajoso para a Administração Pública Municipal ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

III - a licitação for inexigível ou dispensável, nos termos dos arts. 74 e 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do caput do referido art. 75, da mencionada Lei Federal;

IV - ou o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º, desta Lei.

Parágrafo único. As dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, poderão ser realizadas exclusivamente consoante o disposto no art. 7º, desta Lei, devendo ser, ainda, preferencialmente eletrônicas.

Art. 12. Não se aplica o disposto nesta Lei aos processos com instrumentos convocatórios publicados antes da data de sua entrada em vigor.

Art. 13. O Poder Executivo poderá editar o respectivo decreto para a regulamentação da presente Lei, no que couber.

Art. 14. Fica revogado o art. 20 da Lei nº 4.697, de 17 de novembro de 2010, com a nova Redação dada pela Lei nº 5.680, de 27 de janeiro de 2016.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, Estado de Minas Gerais, em 25 de abril de 2023.

RENATO CARVALHO FERNANDES José Donizetti Luciano

Karla Carvalho Fernandes Curti Claudia Eliane Barbosa de Melo

Diogo Machado Cunha e Sousa Wesley Marcos Lucas de Mendonça

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 03/05/2023